

Feldman.

Antes de analisar a consistência interna do projeto governamental para a Amazônia, é interessante explicitar o seu universo político e sua lógica vis-a-vis o quadro ambiental brasileiro.

Em princípio, o enfoque estritamente amazônico do projeto coloca uma indagação crucial: por que tratar a Amazônia como região problema prioritária em si, quando sabemos que ela está nitidamente amarrada a desordens ambientais e sociais provocadas no resto do país?

O modelo de desenvolvimento, desde os primórdios da ocupação pelos europeus, sempre utilizou à exaustão a vastidão do território e a riqueza de recursos naturais do país a título de compensação para maus resultados das escolhas predatórias do ponto de vista ecológico e selvagens do ponto de vista social.

Os fatores concentração de terras e renda e o esgotamento precoce de recursos naturais sempre geraram um moto contínuo de migrações populacionais pelo país, o que contribuiu, inclusive, para manter o modelo e aplacar tensões localizadas.

A miséria nordestina foi, assim, sistematicamente empurrada para a Amazônia desde o auge da economia da borracha, tendo um novo pico durante a construção da rodovia Transamazônica. Mais recentemente, a capitalização da agricultura no sul e sudeste levou - com participação explícita de autoridades municipais de Estados do Sul - a uma nova onda migratória para o Norte, em especial para Rondônia. A chegada de levas de migrantes, a maioria do Paraná e Rio Grande do Sul, aconteceu no quadro de aceleração da destruição da floresta tropical, cumprindo nele um papel destacado.

Se, de um lado, a Amazônia é a última fronteira disponível para esse modelo, está claro que não há solução restrita à Amazônia, visto que a formação atual de sua população, entre outras coisas, mostra que a mai-

or parte dos problemas da região advém de pressões geradas externamente é da pletora de planos inconsistentes aliada ao discurso político escapista usado com incrível semelhança por sucessivos governos.

A conjuntura oferece, certamente, dados que explicam a exclusividade conferida à Amazônia no pleito financeiro correspondente ao projeto em análise. Explicam mas não justificam. Entende-se que ao atual governo brasileiro, como ao anterior, seja interessante estimular a tese da soberania nacional, de que a Amazônia é o maior símbolo. Entende-se também que, na esteira do grande prestígio internacional do tema biodiversidade - com todos os seus desdobramentos para a tecnologia e a economia do futuro - se queira sensibilizar os financiadores com uma proposta ampla em torno de uma região cujo apanágio é deter a maior reserva de biodiversidade do planeta. Mas é preciso entender, sobretudo, que tal projeto é edificado sobre premissas frágeis, o que lhe dá grande margem de fracasso, confrontado com as pressões reais e com a mais frágil ainda coerência política do atual governo com o seu discurso ambiental.

Do ponto de vista mesmo da biodiversidade é questionável ser a Amazônia tratada com primazia, fora de um conjunto que incluía, no mínimo, a Mata Atlântica e o Cerrado. Há que se considerar, a esse respeito, que qualquer proposta globalizante para a Amazônia começará mal se não incluir no seu enunciado a reconciliação do processo de desenvolvimento nos Estados do litoral - ao longo dos quais correm os remanescentes da Mata Atlântica - com a preservação ambiental.

É real o risco de ser este mais um megaplano político para a Amazônia, com a duração efêmera de um governo. O maior indício desse risco é o caráter que assume a participação da sociedade civil na sua formulação.

A multiplicação de entidades não-governamentais na área ambiental, na última década, não correspondeu - com poucas exceções - a sua

capacitação técnico-científica para formular e avaliar propostas para a solução dos graves problemas ambientais brasileiros, dentro de uma perspectiva holística, voltada para a mudança de parâmetros institucionais e de exploração econômica válidos para todo o território.

Nesse sentido, a fragilidade das NGO's permitiu a criação de um espaço político de cooptação, no qual o Estado é o senhor das iniciativas e usa a credibilidade das entidades civis para legitimar ações de sua única responsabilidade. A participação da sociedade civil, testemunho de uma suposta democratização do Estado, passa a ser, deste modo, apenas um fetiche.

Sem condições técnicas de interferir decisivamente na formulação de projetos ambientais, as NGO's limitam-se, em geral, à crítica política das limitações da prática oficial, o que as coloca sempre na defensiva e a um discurso de protesto repetitivo e sem saída.

Portanto, é forçoso concluir:

• Não se pode discutir Amazônia isoladamente, fora de suas conexões no país;

• É preciso inserir no projeto, de maneira clara e privilegiada, a ênfase na necessidade de desenvolvimento técnico e institucional das NGO's;

• Considerando que a questão amazônica está por ser regulamentada (Constituição, Art. 225, § 4º), é incoerente a exclusão do Parlamento da discussão de um projeto deste porte;

• É preocupante a inexistência de previsão dos impactos sócio-econômicos que a entrada de recursos do porte previsto poderá provocar na região. Pode-se prever, por exemplo, que poderá estimular novos fluxos migratórios, agravando os problemas existentes;

• Seria desejável que, para cada programa específico, fossem escolhidas especialistas ou instituições capazes de efetuar um acompanhamento, avaliar e propor correções de rumos no projeto.

